



## JUSTIÇA

### Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

#### Despacho n.º 11808/2019

*Sumário:* Designa como técnica especialista, para o Gabinete da Secretária de Estado da Justiça, a licenciada Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva, para exercer funções de assessoria técnico-jurídica de natureza legislativa.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista para o meu gabinete a licenciada Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva, consultora da Direção-Geral da Política de Justiça, para exercer funções de assessoria técnico-jurídica de natureza legislativa.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório devido é o dos adjuntos de gabinete, sendo que a repartição dos encargos com a remuneração da designada é efetuada nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a 18 de novembro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

27 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

#### ANEXO

#### Nota curricular

##### Elementos pessoais:

Nome: Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva  
Data de nascimento: 20 de dezembro de 1982  
Naturalidade: Leiria

##### Formação académica e profissional mais relevante:

Ação de Formação sobre Avaliação do Impacto Económico dos Atos Legislativos, pelo Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (2017).

Parte académica do mestrado em Direito concluída, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2012).

Curso Avançado de especialização em Teoria da Legislação e Legística para Quadros Superiores da Direção-Geral da Política de Justiça, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012).

Participação no Seminário sobre «Avaliação do Impacto da Legislação», organizado pela Assembleia da República — Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado (2010).

Participação no 9.º Congresso da *International Association of Legislation* (IAL), subordinado ao tema “*Quality of Legislation — Principles and Instruments*”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2010).

Participação no Colóquio «Qualidade da Legislação — Um Desafio para o Século XXI», organizado pela Assembleia da República — Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (2009).

Curso Temático: «Legislação Urbanística: os novos RJIGT e RJUE», pelo Centro de Estudos de Direito e Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (2008).

Curso Pós-Graduado de especialização em Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2007/2008).

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (concluída em 2006).

Experiência profissional:

Consultora na Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, de junho de 2019 a novembro de 2019, com tarefas de coordenação dos serviços de formação contínua.

Consultora jurídica, na área de política legislativa, na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça, de novembro de 2008 a maio de 2019 (exercício de funções suspenso no período compreendido entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, em virtude do exercício de funções em gabinetes ministeriais).

No desempenho destas funções destaca-se a participação, como representante da DGPJ ou do Ministério da Justiça, em diversos grupos de trabalho, constituídos para efeitos de planeamento, implementação, acompanhamento e monitorização de projetos/medidas na área da Justiça e para elaboração de atos normativos de transposição de diretivas da União Europeia; a redação e análise de anteprojetos de atos normativos (legislativos e regulamentares); a elaboração de notas, memorandos, pareceres e relatórios sobre diversas questões ou matérias na área da justiça, em resposta a solicitações dos membros do Governo, entidades nacionais, países terceiros ou instituições internacionais; o acompanhamento de diversas reuniões técnicas no âmbito da avaliação regular do cumprimento do programa de ajustamento financeiro para a área da Justiça, celebrado por Portugal com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional; a realização de estudos de avaliação de impacto normativo, de estudos de direito comparado e de trabalhos de campo de levantamento e análise de informação processual e respetivos relatórios no quadro do planeamento, acompanhamento e monitorização de projetos na área da justiça; a intervenção, como oradora, em diversas conferências, colóquios, seminários, sessões de divulgação e formação, promovidos pela DGPJ ou por entidades externas, sobre matérias/projetos na área da Justiça; e a participação, como formadora, em cursos de formação em legística e sobre avaliação de impacto normativo e legística, ministrados pela DGPJ, a delegações de juristas moçambicanos.

Adjunta do Ministro da Justiça do XX Governo Constitucional, de outubro de 2015 a novembro de 2015.

Adjunta do Secretário de Estado da Justiça do XIX Governo Constitucional, substituindo a Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos, de janeiro de 2014 a outubro de 2015. Entre outras funções, acompanhou, no âmbito do Ministério da Justiça, o processo legislativo do Governo.

Advogada estagiária, de setembro de 2006 a outubro de 2008, tendo acompanhado assuntos em diversas áreas do direito, das quais se destacam o direito processual civil, direito societário, direito contraordenacional, direito dos contratos e imobiliário.

312804823